



ADVOGADO

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
 - 02** Preencha os dados pessoais.
 - 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 64 (sessenta e quatro) questões; se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
 - 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando uma só alternativa correta.
 - 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
 - 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de resposta.
 - 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo (●).
- A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.**
- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
 - 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
 - 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, distribuídos entre as demais.
 - 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
 - 12** Não será permitido o uso de telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS E TRINTA MINUTOS

Nome _____

Identidade _____ Órgão Exp.: _____

Assinatura _____



Língua Portuguesa

TEXTO 1

Trabalho e ética

A palavra “ética” vem do grego “ethos”, significando modo de ser, caráter, conduta, e os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano e sua convivência com os outros, constituindo uma sociedade saudável e equilibrada.

Com escândalos estampando as manchetes dos jornais e a conseqüente impunidade dos envolvidos do alto escalão, todos se perguntam: esse modelo de ética e moral tem que ser revisto? Deixa de ser antiético forjar algum relatório na empresa para obter benefício próprio? Subornar um segurança para não registrar visitas à empresa fora de hora ou desvio de materiais da empresa ou uso da frota para fins não publicáveis?

Moral, por outro lado, é um conjunto de normas que norteiam as ações do ser humano, como costumes, conduta, valores, e que podem mudar de acordo com a região devido às influências culturais e históricas. Moral e ética não devem ser confundidas: moral é normativa, e ética busca a justificativa de ações do indivíduo em diversas situações. Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo. O autor conhece as conseqüências, mas eticamente não se detém, pois seu “freio moral” está deturpado por novos valores que supõem sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos.

Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados. É importante lembrar que tudo começa na formação que os pais dão aos filhos e em como os valores adquiridos evoluem ao longo da vida da criança, na escola. Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências.

Numa empresa, o dono é o responsável pelos atos que sua equipe realiza enquanto trabalha. Produzir algo com qualidade inferior e vendê-lo como primeira linha possibilita que o consumidor acione a Justiça para o cumprimento da ética e de seus direitos. Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista.

As profissões têm o seu próprio Código de Ética, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivadas da ética, frequentemente incorporadas à lei pública. Nesses casos, os princípios éticos passam a ter força de lei. Mesmo nos casos em que esses códigos não estão incorporados à lei, seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos nos quais se discutam fatos relativos à conduta profissional. Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.

Nosso padrão de moral e ética pessoal permite escalar o sucesso sem ferir nossos princípios e valores; determina nossa credibilidade perante o mercado; nos coloca em situação de destaque junto da organização a que pertencemos e nos confere seriedade e respeito. Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro, que já obtém sucesso nos dias de hoje. É o perfil que as empresas, o país e o mundo precisam para reparar os danos causados por graves acidentes éticos e morais que possam ter ocorrido no passado.

Ramon Barros. Texto disponível em:
<http://www.artigonal.com/recursos-humanos-artigos/trabalho-etica-1801689.html>. Acesso em 17/01/2012. Adaptado.

01. Um tema pode ser abordado a partir de diversas perspectivas. No caso do Texto 1, o autor aborda o tema, privilegiadamente:

- A) em sua relação com a política.
- B) na perspectiva das relações familiares.
- C) com foco no contexto empresarial.
- D) fazendo um paralelo com a Lei.
- E) comentando os Códigos das profissões.

02. É possível reconhecer, para o Texto 1, os seguintes propósitos, EXCETO o de o autor:

- A) dissertar acerca da evolução histórica por que passou o étimo “ethos”.
- B) emitir sua opinião acerca de um tema recorrente na atualidade.
- C) marcar sua posição no que se refere a certas atitudes dos trabalhadores.
- D) comentar acerca de algo relevante para o mundo do trabalho.
- E) explicar ao leitor algumas diferenças entre “ética” e outros conceitos.

03. No que se refere a características que se evidenciam no Texto 1, analise as proposições abaixo.

- 1) Há intertextualidade explícita, no trecho: “A palavra “ética” vem do grego “ethos”.
- 2) Na quase totalidade do texto, o autor opta por seguir as regras estabelecidas pela norma padrão da língua portuguesa.
- 3) Prevalece o sentido denotativo das palavras, mais adequado aos propósitos comunicativos do autor.
- 4) Do ponto de vista tipológico, o autor privilegia as sequências narrativas, que conferem certa informalidade ao texto.

Está(ão) correta(s):

- A) 2 e 3, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

04. “Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados.”. Nesse trecho, o segmento sublinhado estabelece, com o anterior, uma relação semântica de:

- A) causalidade.
- B) conformidade.
- C) conclusão.
- D) concessão.
- E) condição.

05. “Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.” (6º §). O termo destacado nesse trecho tem valor semântico equivalente ao de:

- A) “Por isso”.
- B) “Com tudo”.
- C) “Porquanto”.
- D) “Assim”.
- E) “Além disso”.

06. "O autor conhece as consequências, mas eticamente não se detém, pois seu "freio moral" está deturpado por novos valores que supõe sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos." Assinale a alternativa na qual o sentido do segmento destacado nesse trecho está mantido.

- A) pois valores novos, que supõe sejam corretos, vêm deturpando seu "freio moral", embora este seja individualista e obsceno.
- B) pois seu "freio moral" está sendo deturpado por valores que, embora sejam novos, pressupõe correção, individualismo e obscenidades.
- C) pois, devido a serem individualistas e obscenos, novos e corretos valores deturpam seu "freio moral".
- D) pois seu "freio moral" se encontra deturpado por valores individualistas, obscenos, corretos e novos.
- E) pois novos valores, supostamente corretos, ainda que individualistas e obscenos, deturpam seu "freio moral".

07. "os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano (...)". O prefixo presente no termo destacado é uma pista para entendermos seu significado: 'de que não se pode prescindir'. Esse mesmo prefixo se encontra nas palavras abaixo, cujo significado está dado. Assinale a alternativa na qual o sentido dado para o termo está incorreto.

- A) 'Insipiência' = ignorância.
- B) 'Insólito' = sem sol.
- C) 'Improcedente' = sem fundamento.
- D) 'Impávido' = corajoso.
- E) 'Intransigente' = inflexível.

08. No segmento sublinhado no trecho: "A palavra "ética" vem do grego "ethos", significando modo de ser, caráter, conduta", as vírgulas se justificam pela mesma razão que justifica a(s) vírgula(s) no seguinte trecho:

- A) "Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo."
- B) "Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista."
- C) "seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos".
- D) "Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências."
- E) "Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro".

TEXTO 2



Imagem disponível em: www.coachingsp.wordpress.com. Acesso em 18/01/12.

09. No Texto 2, o primeiro enunciado da personagem Mafalda é mal compreendido por sua interlocutora principalmente porque esta:

- A) não tem a bagagem cultural necessária para dar o sentido correto ao termo 'Natal'.
- B) desconhece o referente do substantivo genérico 'pessoas'.
- C) não tem o necessário domínio do código utilizado pela personagem Mafalda.
- D) não consegue perceber o duplo sentido da expressão 'o melhor do Natal'.
- E) confere ao pronome 'se' um sentido reflexivo, diferente do sentido pretendido.

10. Observe a correção da forma verbal utilizada no enunciado: “Se soubesses quanto gosto de mim no Natal!”. Assinale a alternativa em que a forma verbal sublinhada está igualmente correta.
- A) Se veres a Mafalda, diga-lhe que adoro o Natal!
 - B) Se dissestes palavras agradáveis, eu gostaria do Natal.
 - C) Se vires cedo para casa, traz os presentes de Natal!
 - D) Se todos fazessem boas ações no Natal, esta seria uma festa linda!
 - E) Se propuseres mudanças, talvez eu goste do Natal.

História e Geografia de Igarassu

11. A Igreja e Convento de Santo Antônio em Igarassu possuem um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro. Assinale a alternativa que corresponde a esse estilo.
- A) Rococó.
 - B) Escola Franciscana do Nordeste.
 - C) Barroco neoclássico.
 - D) Escola Barroca do Nordeste.
 - E) Escola Barroca do Brasil.
12. Durante a Revolução Praieira, o atual Município de Igarassu teve um importante destaque, pois abrigou as tropas de Manoel Pereira de Moraes. Sobre a Revolução Praieira, assinale a alternativa correta.
- A) Em linhas gerais, o alvo da insatisfação dos revoltosos era referente à dominação das famílias oligárquicas e ao controle do comércio, exercido pelos portugueses.
 - B) A Revolução Praieira recebeu este nome porque os combates geralmente aconteciam no litoral.
 - C) A revolta defendia a permanência da monarquia e a preservação da ordem com as intervenções estatais.
 - D) A Revolução era de caráter elitista e não contou com o apoio e a adesão das camadas mais populares.
 - E) Os revoltosos exigiam que o Estado controlasse as mídias locais, subsidiando sua manutenção e investindo em melhorias na área.

13. Esta questão apresenta uma proposição e uma razão para a proposição.

O Município de Igarassu possui solos predominantemente litólicos PORQUE os terrenos onde se localiza o Município são formados por rochas ígneas extrusivas originadas durante o mesozóico.

Agora assinale:

- A) se a proposição é verdadeira e a razão uma afirmativa falsa.
 - B) se a proposição e a razão são afirmativas falsas.
 - C) se a proposição e a razão são afirmativas verdadeiras e a razão não é a causa da proposição.
 - D) se a proposição e a razão são afirmativas verdadeiras e a razão é a causa da proposição.
 - E) se a proposição é uma afirmativa falsa e a razão uma afirmativa verdadeira.
14. Algumas áreas do Município de Igarassu são ocupadas por um ecossistema denominado manguezal. Sobre esse assunto, analise as proposições abaixo.
- 1) Os manguezais instalam-se em costas de muitas zonas tropicais e subtropicais; é um ecossistema que sustenta uma imensa biodiversidade.
 - 2) A perda do ecossistema referido provoca a redução da biodiversidade, além de provocar a erosão de áreas costeiras e afetar a qualidade das águas.
 - 3) Uma das atividades produtivas que atualmente causa expressivos danos aos manguezais é a carcinocultura.
 - 4) Os manguezais são ecossistemas que se situam em faixas de transição entre o ambiente marinho e o ambiente terrestre, nos locais onde os rios deságuam no mar; são habitados por espécies vegetais características de ambientes alagados e resistentes à alta salinidade.
- Está(ão) correta(s):
- A) 1, apenas.
 - B) 4, apenas.
 - C) 2 e 3, apenas.
 - D) 1, 2 e 4, apenas.
 - E) 1, 2, 3 e 4.

Conhecimentos Específicos

Direito Penal

15. Em regra, a lei penal é aplicável aos crimes praticados em território brasileiro. Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território brasileiro:
- A) as embarcações e aeronaves brasileiras, onde quer que se encontrem.
 - B) as embarcações e aeronaves que se achem estacionadas em portos ou aeroportos estrangeiros.
 - C) as embarcações brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, em portos estrangeiros.
 - D) as embarcações estrangeiras, de origem pública ou privada, em porto ou mar territorial do Brasil.
 - E) as embarcações brasileiras ou estrangeiras, públicas e privadas, desde que transitem na área do mar territorial ou espaço aéreo brasileiros.
16. O princípio da intranscendência, considerado uma das garantias constitucionais em matéria penal, impõe que:
- A) a pena deve ser individualizada conforme estabelecido pela lei penal.
 - B) o estado assegure aos presos o respeito à integridade física e moral.
 - C) a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
 - D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
 - E) a responsabilidade pela obrigação de reparar o dano cessa com o falecimento do réu e não pode ser estendida aos sucessores.
17. As penas restritivas de direitos podem ser:
- A) prestação pecuniária e detenção em fim de semana.
 - B) interdição permanente de direitos e prestação pecuniária.
 - C) limitação de fim de semana e perda de bens e valores.
 - D) multa e prestação de serviços à comunidade.
 - E) interdição de direitos e multa.
18. Sobre o crime de furto, é correto afirmar que:
- A) consiste em subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
 - B) é qualificado, se praticado durante o repouso noturno.
 - C) é sancionado com pena de reclusão, de um a quatro anos, ou multa.
 - D) pressupõe a inocorrência de violência ou grave ameaça contra pessoa.
 - E) quando qualificado, é sancionado com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa.

19. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima constitui:
- A) estupro.
 - B) assédio sexual.
 - C) violação sexual mediante fraude.
 - D) estupro de vulnerável.
 - E) assédio moral.

Direito Tributário

20. A natureza jurídica específica dos tributos é determinada:
- A) pelas características formais adotadas pela lei tributária.
 - B) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
 - C) pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
 - D) em conformidade à denominação legal adotada.
 - E) pela destinação legal da arrecadação e pelo fato gerador.
21. A obrigação tributária classifica-se em principal ou acessória. Diante disso, é correto afirmar que:
- A) obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - B) obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas.
 - C) quando inobservada, a obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - D) quando inobservada, a obrigação principal converte-se em acessória, na forma de prestação pecuniária, compulsória ou voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
 - E) as obrigações principais e acessórias podem ser objeto de exclusão tributária, mediante requerimento do interessado e por juízo discricionário da Fazenda Pública, nas hipóteses autorizadas previstas na lei tributária.
22. Sobre o fato gerador, é correto afirmar que:
- A) fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - B) fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.
 - C) é definido a partir dos efeitos efetivamente ocorridos (eficácia real).
 - D) é condicionado à validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
 - E) quando se tratar de situação de fato, considera-se ocorrido desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

23. São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:
- A) depósito do seu montante integral.
 - B) prescrição e decadência.
 - C) remissão.
 - D) conversão de depósito do montante integral em renda.
 - E) exclusão do crédito tributário.
24. O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária:
- A) nas obrigações principais, o contribuinte é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
 - B) nas obrigações acessórias, responsável é aquele que, sem se revestir da condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - C) nas obrigações principais, contribuinte em relação pessoal e direta com o respectivo fato gerador.
 - D) serão solidárias pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal ou acessória.
 - E) responsável é o contribuinte cuja obrigação tributária decorre de disposição expressa de lei.

Direito Ambiental

25. A Lei 6938/81 estabelece conceitos básicos para a aplicação da legislação ambiental. É correto afirmar que:
- A) meio ambiente é o conjunto dos recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
 - B) meio ambiente é o conjunto dos recursos naturais que permitem, abrigam e regem a vida.
 - C) meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida humana.
 - D) o conceito de meio ambiente da lei 6938/81 é dinâmico, pois abrange conjunto de condições, leis influências e interações físicas, químicas e biológicas necessárias à vida em todas as suas formas.
 - E) o conceito de meio ambiente da Lei 6938/81 é antropocêntrico e permite a sua interpretação de forma dinâmica, sem a necessidade de alteração legislativa, permanecendo atual mesmo após quase trinta anos da vigência da lei.
26. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – integra o SISNAMA na qualidade de:
- A) órgão superior.
 - B) órgão central.
 - C) órgão consultivo e deliberativo.
 - D) órgão especializado.
 - E) órgão executor.

27. A Lei nº 14.249/2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente no âmbito do Estado de Pernambuco, determina o prazo de validade das licenças concedidas pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH):
- A) para a Licença Prévia (LP) não pode ser superior a 3 anos.
 - B) Para a Licença de Instalação (LI) não pode ser superior a 04 (quatro) anos.
 - C) para a Licença de Operação (LO) será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.
 - D) para a Licença Simplificada (LS) deverá ser no mínimo de 06 meses e no máximo 02 (dois) anos.
 - E) para a Autorização Ambiental não pode ultrapassar o prazo máximo de 6 meses.
28. Nas licitações para a outorga de concessão florestal, poderão ser adotados os seguintes critérios de julgamento das propostas:
- A) menor preço global.
 - B) maior preço e menor impacto ambiental.
 - C) menor preço e maior técnica.
 - D) menor preço por item.
 - E) melhor técnica e maior preço.
29. Extingue-se a concessão florestal por:
- A) esgotamento dos recursos naturais protegidos.
 - B) rescisão.
 - C) falecimento ou incapacidade do sócio-gerente, no caso de sociedade empresária.
 - D) liminar concedida em mandado de segurança.
 - E) execução das garantias contratuais.

Direito Constitucional

30. Sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:
- A) a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros, o pluralismo político.
 - B) a República Federativa do Brasil tem por objetivo fundamental, entre outros, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
 - C) a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os Estados, a concessão de asilo político e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
 - D) em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deverá buscar a integração dos países, visando à formação de uma comunidade universal.
 - E) o Executivo, o Legislativo e o Judiciário são poderes da União, independentes e harmônicos entre si.

31. Todos são iguais perante a lei, assegurando-se a cada cidadão os seguintes direitos individuais:

- A) expressar livremente a atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que exercida dentro dos limites legais de censuras e licenças.
- B) ter a sua intimidade, vida privada, honra e imagem invioladas, sob pena de ser passível de indenização por danos morais ou materiais.
- C) exercer livremente crenças religiosas e/ou convicções filosóficas e/ou políticas, desde que sejam em locais apropriados para tais fins, como templos e plenários.
- D) manifestar livremente as ideias e pensamentos, podendo optar fazê-lo em anonimato.
- E) ter resguardada a casa em que reside, sendo inadmissível o ingresso forçado, sem consentimento do morador, admitindo-se como única exceção, quando há determinação judicial.

32. Quanto aos direitos sociais, é possível afirmar que:

- A) a Constituição estabelece que os direitos sociais são os seguintes: alimentação, educação, saúde, trabalho e moradia.
- B) o salário mínimo é direito de todo trabalhador urbano e rural, sendo fixado por lei estadual, a depender do custo de vida de cada região.
- C) para a formação dos sindicatos patronais e obreiros não se faz necessária a autorização do Estado, sendo vedadas a interferência e a intervenção do Poder Público na organização dos mesmos.
- D) o direito de greve é assegurado a todos os trabalhadores, sem restrição, cabendo ao Estado suprir por meios alternativos quando a greve atingir atividades ou serviços essenciais e inadiáveis à comunidade.
- E) os trabalhadores rurais e urbanos tem o direito de ação quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para exercer tal direito, contado a partir da data da extinção do contrato de trabalho.

33. No que se refere à competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as proposições abaixo.

- 1) Editar normas sobre Direito Tributário, Financeiro, Eleitoral, Trabalhista, Penitenciário, Econômico e Urbanístico são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 2) Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- 3) É de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte, sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico e sobre Direito Civil, Direito Penal, Comercial e Processual.
- 4) Quando a competência para legislar for concorrentemente da União, dos Estados e dos Municípios, a União estabelecerá as normas gerais, cabendo aos Estados a competência suplementar, e aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

- 5) Compete aos Municípios manter os programas de educação infantil e de ensino fundamental, além de organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 3 e 5.
- C) 1 e 4.
- D) 2, 4 e 5.
- E) 2 e 5.

34. O Congresso Nacional representa o Poder Legislativo, compondo-se da Câmara dos Deputados e do Distrito Federal. Sobre a organização do Poder Legislativo, é incorreto afirmar que:

- A) cada Estado, o Distrito Federal e os Territórios elegerão três senadores com mandato de oito anos.
- B) o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar de forma proporcional à respectiva população.
- C) compete ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- D) comete crime de responsabilidade o Ministro de Estado que não atender à convocação da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal para prestar informações sobre determinado assunto, salvo se apresentar justificativa adequada.
- E) a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, é de competência privativa da Câmara dos Deputados, competindo, de forma igualmente privativa, ao Senado Federal, processar e julgar o Presidente nos crimes de responsabilidade.

35. Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que:

- A) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência: o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Senado Federal.
- B) é de competência privativa do Presidente da República prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- C) os Ministros do Estado auxiliam o Presidente da República no exercício do Poder Executivo, devendo ser escolhidos entre brasileiros maiores de 35 anos e que estejam no exercício dos direitos políticos.
- D) o Presidente da República dispõe de um órgão superior de consulta, o Conselho da República, composto de seis membros, cidadãos brasileiros natos com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois pela Câmara de Deputados, com mandato de três anos, vedada a recondução.
- E) o Presidente da República será submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal nas infrações comuns e nos crimes de responsabilidade.

36. O Poder Judiciário atua na esfera federal, estadual e municipal, através dos magistrados e dos Tribunais. Sobre sua organização e competência, é incorreto afirmar que:

- A) o Conselho Nacional de Justiça passou a integrar o Poder Judiciário Nacional com a Emenda Constitucional 45/2004.
- B) um quinto da composição dos Tribunais Brasileiros será de membros representantes do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- C) os juizados especiais são criados pela União e pelos Estados com o objetivo de neles serem processados e julgados processos relativos a causas cíveis de menor complexidade e a infrações penais de menor potencial ofensivo.
- D) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.
- E) a Justiça Eleitoral é composta pelos seguintes órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes Eleitorais.

37. As funções essenciais à Justiça estão disciplinadas na Carta Federal, nos Arts. 127 a 135, os quais estabelecem que:

- 1) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- 2) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa em todos os graus dos necessitados.
- 3) a Advocacia Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- 4) o Ministério Público é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, a quem cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- 5) o Ministério Público abrange o Ministério Público da União, e dos Estados e cada um deles se subdivide em Ministério Público federal ou estadual, conforme o caso, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 3 e 4.
- C) 1, 2, 3 e 4.
- D) 4.
- E) 1, 2 e 4.

38. Sobre o sistema de controle de constitucionalidade das leis, é incorreto afirmar que:

- A) o controle de constitucionalidade tem por objetivo evitar que normas inferiores na hierarquia vertical do processo legislativo nacional disciplinem matéria de forma antagônica à Carta Federal, quanto aos aspectos formais e materiais.
- B) na hipótese de descumprimento do processo legislativo disciplinado pela Constituição Federal, configura-se a inconstitucionalidade formal da lei ou ato normativo, cabendo ao Poder Judiciário efetuar tal controle, de forma difusa ou concentrada.
- C) o sistema de controle da constitucionalidade decorre da supremacia das normas constitucionais e do caráter formal e rígido da Constituição Federal do Brasil.
- D) a não aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei que fere norma constitucional constitui-se em controle de constitucionalidade preventivo, objetivando evitar que seja promulgada lei de natureza inconstitucional.
- E) o controle de constitucionalidade repressivo ocorre quando a norma legal já vigente e eficaz é posta em julgamento através da Ação Direta de Inconstitucionalidade, competindo exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal exercer tal controle sob o aspecto jurisdicional.

39. Sobre a organização administrativa dos Municípios, pode-se afirmar que:
- A) a Lei Orgânica que rege o Município é aprovada em um único turno pela Câmara Municipal, por maioria simples, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado em que está situado.
 - B) os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores são de quatro anos, tendo os primeiros, juntamente com os Secretários Municipais, os subsídios fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, enquanto que os dos Vereadores são fixados pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
 - C) o Prefeito Municipal é julgado pelo Tribunal Regional Federal quando comete crime de responsabilidade, quando por exemplo efetua repasse de recursos superiores aos limites definidos pela Constituição Federal.
 - D) O Presidente da Câmara Municipal responde por crime de responsabilidade nas mesmas hipóteses previstas para o Chefe do Poder Executivo do Município.
 - E) a fiscalização dos Municípios será exercida por Tribunais, Conselhos ou Órgãos de Contas Municipais instituídos por iniciativa da Prefeitura, ou na ausência desses, pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Direito Administrativo

40. Considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, previstos no Art. 37 da Carta Federal, analise as proposições abaixo.
- 1) A Administração deve dirigir seus atos objetivando atender ao interesse público com presteza, perfeição e com o menor custo possível.
 - 2) A Administração deve praticar os atos observando as normas pertinentes, quanto à forma e ao conteúdo.
 - 3) Os atos administrativos devem ser transparentes e gerais.

É correto afirmar que:

- A) A proposição I refere-se ao princípio da legalidade; a proposição II, da eficiência; e a proposição III, da generalidade.
- B) A proposição I e a proposição III referem-se ao princípio da eficiência, enquanto que a proposição II ao da normatividade.
- C) A proposição I refere-se ao princípio da eficiência; a proposição II, da legalidade; e a proposição III, da impessoalidade.
- D) A proposição I refere-se ao princípio da supremacia do interesse público; a proposição II, do devido processo legal; e a proposição III, da publicidade.
- E) A proposição I refere-se ao princípio da legalidade; a proposição II, da formalidade; e a proposição III, da moralidade.

41. Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que:
- A) de uma forma geral, devem ser motivados, ou seja, deve indicar os seus pressupostos fáticos e jurídicos.
 - B) a revogação do ato administrativo produz efeitos *ex nunc*.
 - C) a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta e não admite prova em contrário.
 - D) devem ser exercidos por agente capaz, em forma própria ou não defesa em lei, caso contrário são nulos e não surtem qualquer efeito.
 - E) diz-se que o ato administrativo é dotado de imperatividade quando ele pode ser posto em execução pela própria Administração, sem a intervenção do Poder Judiciário.
42. Na hipótese de a Administração praticar ato administrativo discricionário e posteriormente constatar que não era conveniente nem oportuno, deverá:
- A) anular imediatamente o ato.
 - B) revogar imediatamente o ato.
 - C) declarar nulo o ato.
 - D) repristinar o ato.
 - E) invalidar o ato.
43. Dentre as condutas irregulares do agente público abaixo descritas, assinale a única que não corresponde a ato ímprobo.
- A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
 - B) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
 - C) Negar publicidade aos atos oficiais.
 - D) Frustrar a licitude de concurso público e de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
 - E) Prestar contas após o prazo fixado, quando esteja obrigado a fazê-lo.

44. Quanto às sanções e ao processo administrativo e judicial em decorrência da prática de ato ímprobo, é incorreto afirmar que:

- A) independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito a perda de bens e valores, quando comprovado o enriquecimento ilícito e o agente auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade.
- B) o ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública e a prática de qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, poderá acarretar a penalidade de ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pena pecuniária e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.
- C) a investigação visando apurar a prática de improbidade poderá ser iniciada mediante representação de qualquer interessado à autoridade da administração competente, sendo dispensável a identificação do representante, exigindo-se apenas, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- D) o Ministério Público ou a procuradoria do órgão poderão requerer ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- E) proposta a ação de improbidade administrativa, é vedada a transação, acordo ou conciliação, e estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito. Caso o juiz se convença da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, poderá rejeitar a ação.

Direito Civil

45. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os pródigos.
- B) os portadores de enfermidade ou deficiência mental, que não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) os viciados em tóxicos e os ébrios habituais.
- E) os menores de dezoito anos.

46. Sobre o direito da personalidade, é correto afirmar que:

- A) é intransmissível e irrenunciável, admitindo-se que seu exercício seja limitado de forma voluntária.
- B) quando alguém ameaça ou lesa direito da personalidade, poderá o ofendido reclamar perdas e danos, inclusive quando se tratar de pessoa já falecida, sendo o Estado parte legítima para requerer a indenização em prol do cônjuge sobrevivente ou dos seus herdeiros necessários.
- C) a pessoa dotada de capacidade plena para o exercício dos atos da vida civil poderá dispor de seu próprio corpo, a seu livre arbítrio ou critério.
- D) ninguém pode ser constrangido a submeter-se com risco de vida a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.
- E) toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido o prenome e o sobrenome, e caso opte por utilizar pseudônimo, ainda que seja para desempenhar atividades lícitas, não gozará este da mesma proteção que se dá ao nome.

47. Quanto às pessoas jurídicas, analise as proposições abaixo.

- 1) As pessoas jurídicas de Direito Público Interno são a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal.
- 2) As pessoas jurídicas de Direito Privado se organizam em forma de associações, sociedades e fundações.
- 3) As associações não têm finalidade econômica, não gerando direitos e obrigações recíprocas entre os associados.
- 4) As fundações poderão ter fins religiosos, econômicos, morais, sociais, culturais ou de assistência, cabendo ao Ministério Público do local em que estão instaladas velar pelo seu funcionamento, dentro da legalidade e lisura.
- 5) As pessoas jurídicas de Direito Privado podem ser dissolvidas, hipótese em que subsistirá até ser concluída a liquidação, devendo ser averbada a dissolução no registro em que foi inscrita.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 3 e 5.
- C) 2 e 3.
- D) 4 e 5.
- E) 2, 3 e 5.

48. De acordo com as normas legais que regem o Direito de Família no Brasil, é incorreto afirmar que:

- A) são proibidos de casar o ascendente com o descendente, seja o parentesco natural ou civil.
- B) o divorciado não deve casar antes de ter sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- C) o adultério não foi incluído no Código Civil Brasileiro vigente como causa capaz de caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida do casal.
- D) o cônjuge, ainda que declarado culpado na ação de separação judicial, poderá continuar usando o sobrenome do outro, se a alteração do nome causar prejuízos à sua identificação.
- E) é dado aos cônjuges o direito de alterar o regime de bens adotado no casamento, desde que seja requerido judicialmente, por ambos, de comum acordo.

49. Analisando as questões relativas a “tutela, curatela e poder familiar”, é correto afirmar que:

- A) o poder familiar é exclusivo da mãe, quando o pai não reconhecer o filho, e caso a genitora não tenha capacidade para exercê-lo, este ficará a cargo dos avós maternos.
- B) o poder familiar se extingue quando o pai ou a mãe contrai novas núpcias ou passa a viver em união estável, sem a concordância do filho, que permanecerá sob o poder familiar da mãe ou do pai que não se encontrar em tal situação.
- C) o castigo demasiado ao filho importa em perda do poder familiar mediante ato judicial, ficando suspenso tal poder quando o pai ou mãe são condenados por sentença irrecorrível, em face de crime cuja pena seja superior a dois anos.
- D) Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante termo especificado deles e seus valores, sendo, todavia, inexigível, quando os pais expressamente o dispensam.
- E) em quaisquer das hipóteses previstas em lei, a interdição poderá ser promovida, indistintamente, pelos pais ou tutores, pelo cônjuge ou por qualquer parente, ou ainda, pelo representante do Ministério Público.

Direito Processual Civil

50. Acerca da competência em matéria civil, assinale a alternativa correta.

- A) A competência territorial é relativa, porém a competência para o inventário, de acordo com o Art. 96 do Código Civil, é o foro da localização da maioria dos bens imóveis objeto do inventário.
- B) No que se refere às ações de mandado de segurança, a competência de juízo é definida em razão da matéria, independentemente da qualificação e da hierarquia da autoridade que praticou o ato impugnado.
- C) O réu deverá alegar como preliminar de sua contestação a incompetência absoluta de juízo, caso contrário não poderá mais fazê-lo, em razão da preclusão da matéria.

- D) Os conflitos de competência podem ser positivos ou negativos, configurando-se, também, quando dois ou mais juízes têm posicionamentos divergentes quanto à reunião ou separação de processos.
- E) O foro de eleição é aquele que é definido de comum acordo pelos contratantes, hipótese em que devem constar no termo contratual o juízo e o local competentes para apreciar as controvérsias oriundas do ajuste, prevalecendo a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

51. Sobre o direito de ação, pode-se afirmar que:

- A) havendo interesse processual das partes, não repercutem no processamento regular da ação as questões relativas à legitimidade ativa e passiva e à possibilidade jurídica do pedido, devendo o processo prosseguir regularmente até que seja julgado o mérito.
- B) cabe ao juiz extinguir o feito sem resolução do mérito, quando o processo não tiver andamento por mais de um ano, por negligência das partes.
- C) é assegurado ao autor o direito de desistir da ação, desde que seja antes do trânsito em julgado da sentença, bastando, para tanto, requerer formalmente nos autos.
- D) a prescrição e a decadência são matérias de ordem pública, por conseguinte podem ser declaradas de ofício, e, se assim ocorrer, o processo é extinto sem julgamento do mérito.
- E) na sistemática processual brasileira, não é admissível o impulso oficial no desenvolvimento regular do processo, sendo indispensável, para tanto, o requerimento formal das partes nos autos.

52. No que se refere ao “processo de conhecimento”, é incorreto afirmar que:

- A) a tutela antecipada é admitida sem qualquer restrição nas ações em que é ré a Fazenda Pública.
- B) aplica-se a todas as causas o procedimento comum, que poderá ser na forma ordinária ou sumária.
- C) no procedimento sumário, o rol de testemunhas deve ser apresentado na petição inicial, enquanto que no ordinário o depósito do rol será feito no prazo fixado pelo juiz ao designar a audiência. Caso o juiz não estipule prazo, será de até dez dias antes da audiência.
- D) no prazo de quinze dias para o réu apresentar defesa, deverá, se for o caso, oferecer a contestação, a reconvenção e as exceções.
- E) o incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte suscitar-lo na contestação ou no prazo de 10 dias, contados da intimação da juntada aos autos do documento objeto do incidente.

53. Sobre a fase probatória do processo de conhecimento, pode-se afirmar que:

- A) o Código de Processo Civil admite, sem restrição, que as partes convençionem de maneira diversa da forma como regulamenta em seu Art. 333, o ônus da prova.
- B) o depoimento pessoal é um meio de prova e ocorre quando o juiz intima as partes para que compareçam a juízo para serem interrogadas na forma prescrita para a inquirição das testemunhas, e caso, não o façam, sem justo motivo, será aplicada a penalidade de confissão ficta quanto à matéria de fato.
- C) na hipótese da testemunha estar comprovadamente impossibilitada de comparecer à audiência para depor, admite-se que seja interrogada de forma antecipada ou mediante carta.
- D) quando a prova dos fatos depender de conhecimento especial técnico é cabível a prova pericial feita através de peritos com formação específica, indicados pelas partes, dentro de cinco dias, contados da intimação do despacho de deferimento da perícia.
- E) a inspeção judicial se constitui em meio de provas, através da qual o juiz comparece ao local onde se encontra a pessoa ou o objeto pertinente ao fato que pretende comprovar, sendo vedado às partes litigantes assistirem à inspeção.

54. O julgamento da ação dar-se-á com a sentença, na qual o julgador acolhe ou rejeita, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor, ou extingue o processo sem julgar o mérito. Sobre a sentença, analise as proposições abaixo.

- 1) Quando a ação tem por objetivo a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará prazo para o cumprimento da obrigação.
- 2) Publicada a sentença, o juiz encerra a prestação jurisdicional, somente podendo corrigir as inexatidões materiais e os erros de cálculos, por ventura havidos, mediante requerimento das partes.
- 3) A sentença faz coisa julgada, tendo força de lei nos limites da lide e das questões decididas, com relação às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros.
- 4) As sentenças que não determinam o valor devido são liquidadas pela contadoria da justiça, na hipótese da determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético.
- 5) Quando a sentença condenar o devedor em obrigação de pagar quantia certa, deverá ser cumprida no prazo de quinze dias, caso contrário, a condenação será acrescida de multa no valor de 10% (dez por cento).

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 5.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 1, 2 e 5.
- D) 3 e 4.
- E) 2, 3 e 4.

55. Sobre os prazos processuais, é correto afirmar que:

- A) são contínuos, apenas são interrompidos nos dias santos e feriados e são suspensos na superveniência de férias.
- B) não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 48 horas o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- C) computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- D) na hipótese do advogado não restituir os autos no prazo legal, o juiz determinará que sejam riscados o que neles houver escrito ou desentranhar as petições e documentos acostados.
- E) havendo nos autos litisconsortes com advogados distintos, os prazos para contestar, recorrer e falar nos autos de modo geral, ser-lhes-ão contados em dobro, em triplo ou quádruplo, a depender do número de litisconsortes que estiverem representados por procuradores diversos.

56. Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo. Em se tratando de uma Ação de Alimentos em favor de menor de dezesseis anos, a ação será proposta:

- A) pelo representante do Ministério Público em proteção ao menor.
- B) por curador especial designado pelo Juizado da Criança e do Adolescente.
- C) pelo menor, representado por seus pais, tutores ou curadores.
- D) por representante judicial designado especificamente pelo Juízo da ação.
- E) pelo pai ou mãe que estiver com a guarda do menor.

57. No que se refere à representação em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) O inventariante é o representante da herança jacente ou vacante.
- B) A União é representada pelo Presidente da República e os Estados Federativos, pelos respectivos Governadores.
- C) O condomínio é representado judicialmente pelos condôminos ou pelo síndico.
- D) O sócio majoritário, ainda que não seja administrador, representa em juízo a sociedade.
- E) O município é representado pelo Prefeito ou Procurador.

Direito do Trabalho

58. O procedimento cautelar poderá ser instaurado antes ou no curso do processo principal, e deste é sempre dependente. Sobre a matéria, é correto afirmar que:
- A) em regra, as medidas cautelares são deferidas independentemente de audiência das partes, somente sendo dispensada a audiência prévia, em casos excepcionais, quando o juiz entender necessário.
 - B) o prazo de quinze dias fixado para a propositura da ação principal, quando houver ação cautelar preparatória, é contado da data em que a parte tomar ciência da decisão concessiva da liminar.
 - C) o código de processo civil prevê três espécies de procedimentos cautelares específicos: o arresto, o sequestro e a busca e apreensão.
 - D) a parte que tiver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens poderá requerer judicialmente o arrolamento de bens, porém, em se tratando de credores, somente será admitido nos casos em que tenha lugar a arrecadação de herança.
 - E) no prazo de dez dias, contado em quádruplo a partir da juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido, ou da execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia, a fazenda pública deverá contestar a ação cautelar, indicando de logo as provas que pretende produzir.
59. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:
- A) agir com zelo e dedicação, contribuindo com os servidores do Poder Judiciário para a tramitação regular do processo com a maior celeridade possível.
 - B) retirar e devolver os autos, nos prazos fixados pelo juízo, da mesma forma que os recebeu, sem rasuras ou observações manuscritas.
 - C) acompanhar pessoalmente as publicações dos atos processuais e as intimações do processo, para evitar perdas de prazo e adiamentos de audiência desnecessários.
 - D) facilitar o cumprimento dos mandados judiciais atuando junto aos oficiais de justiça responsáveis pelas diligências externas.
 - E) não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
60. A competência material da Justiça do Trabalho foi consideravelmente ampliada com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004. É correto afirmar que, atualmente, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
- A) as ações oriundas da relação de emprego, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente da natureza do vínculo mantido com os referidos entes.
 - B) os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, entre os Tribunais Regionais do Trabalho e entre os Juizes do Trabalho.
 - C) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, desde que interpostas no curso do contrato de trabalho, abrangendo os danos decorrentes de acidentes de trabalho.
 - D) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por agentes públicos federais no exercício das atribuições do cargo que ocupam, fiscalizando as relações de trabalho.
 - E) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando envolverem atos praticados por autoridades no exercício da função jurisdicional trabalhista.
61. Sobre o contrato de trabalho, é correto afirmar que:
- A) corresponde à relação de emprego, sendo de natureza formal, visto que deve ser registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado.
 - B) em regra, é por prazo indeterminado; contudo, poderão as partes, de comum acordo, fixarem, no ato da contratação, o termo final do ajuste, visto que não acarreta qualquer prejuízo ao trabalhador.
 - C) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afeta os contratos de trabalho dos respectivos empregados, porque o caráter personalíssimo do contrato de trabalho é apenas com relação aos empregados.
 - D) os contratos de trabalho podem ser alterados por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado, sendo vedado ao empregador destituir empregado de função de confiança para que retorne ao cargo efetivo que anteriormente ocupava.
 - E) se extingue por iniciativa do empregador, a pedido do empregado, por falecimento deste e em decorrência da aposentadoria, por idade, por tempo de serviço e por invalidez.

62. Sobre salário e remuneração, analise as proposições abaixo.

- 1) O salário abrange a importância fixa estipulada, as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.
- 2) Constituem-se salário *in natura*, a alimentação, o vestuário e a habitação fornecidos habitualmente pelo empregador, a mensalidade do plano de saúde paga diretamente por aquele, além dos prêmios de seguros de vida e de acidentes pessoais.
- 3) O salário, bem como as comissões e gratificações, deverão ser pagos em espécie, observando-se a periodicidade máxima de sessenta dias.
- 4) Os descontos admitidos nos salários do empregado são aqueles que resultam de adiantamentos, de dispositivos legais e de contratos coletivos.
- 5) A equiparação salarial é cabível apenas quando o empregado trabalha para o mesmo empregador do paradigma, na mesma localidade, desempenhando trabalho de igual valor e exercendo idêntica função, desde que a diferença de tempo de serviço entre eles não seja superior a dois anos.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 4 e 5.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 1 e 5.
- D) 3 e 4.
- E) 2, 3 e 5.

63. Sobre o Direito Coletivo do Trabalho, é incorreto afirmar que:

- A) quando dois ou mais sindicatos representativos de categorias profissionais e econômicas chegam a um consenso quanto às condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho, firmam entre si um acordo coletivo de trabalho.
- B) a lei exige que, para os sindicatos celebrarem Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, haja deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, dependendo da validade da mesma, do comparecimento e votação, em primeira convocação de 2/3 dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 dos membros.
- C) a Constituição incluiu no Capítulo dos direitos sociais o direito de todo trabalhador urbano e rural do reconhecimento das normas contidas nos Acordos Coletivos de Trabalho e nas Convenções Coletivas de Trabalho.
- D) os empregadores e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável são passíveis da multa neles fixada.

- E) as Convenções e os Acordos Coletivos de Trabalho devem ser firmados em instrumentos escritos, obedecendo à limitação legal do prazo de duração de no máximo dois anos, devendo os contratos individuais de trabalho dos profissionais da categoria que representam, firmados durante a respectiva vigência, respeitar as normas e condições estipuladas nos instrumentos coletivos.

64. Assinale a alternativa que corresponde a direito do trabalhador urbano e rural na forma regulamentada pela legislação nacional.

- A) Estabilidade no emprego da gestante, pelo prazo de cento e vinte dias após o parto.
- B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, admitindo, contudo, a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- C) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante opção do empregado no ato da sua contratação.
- D) Aviso Prévio de, no máximo, trinta dias, quando for rescindido o contrato sem justa causa.
- E) Adicional de hora extra no percentual de cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, quando for extrapolada a jornada normal de trabalho.